



**“Brincos de ouro,
saias de chita”:
mulher e civilização
na Amazônia
segundo Elizabeth
Agassiz em *Viagem
ao Brasil* (1865-1866)**

*“Gold earrings, calico
skirts”:
images of
women and their role in
the project to civilize the
Amazon, as observed by
Elizabeth Agassiz in
Viagem ao Brasil:
1865-1866*

Fabiane Vinento dos Santos

Pesquisadora da Coordenação de Sociodiversidade
em Saúde do Centro de Pesquisas
Leônidas e Maria Deane
Fundação Oswaldo Cruz, Manaus
Rua Teresina 476
69057-070 Adrianópolis — AM
bia@amazonia.fiocruz.br

SANTOS, F. V. dos: "Brincos de ouro, saias de chita": mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em *Viagem ao Brasil* (1865-1866).

História, Ciências, Saúde — Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan.-abr. 2005.

O artigo empreende uma análise sobre a imagem da mulher amazônica na representação que dela faz Elizabeth Agassiz em *Viagem ao Brasil: 1865-1866*, obra editada na Europa em 1867, com base no diário da expedição científica Thayer, dirigida pelo naturalista Louis Agassiz. O foco da análise são os registros da passagem pela Amazônia relatados entre os capítulos IV e XI da obra. Foram selecionados para análise alguns pontos fundamentais do confronto entre a lógica ocidental da cronista e o modo de vida da população local, tais como o choque entre as concepções de autonomia feminina, estética, temporalidades e, finalmente, as concepções deterministas dos Agassiz sobre a negatividade do cruzamento de raças e sobre a realidade amazônica, pautadas no poligenismo de fundo criacionista. O artigo também apresenta as perspectivas daquele período em relação ao papel da Amazônia no projeto de nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: mulher, Amazônia, viajantes, pensamento social.

SANTOS, F. V. dos: "Gold earrings, calico skirts": images of women and their role in the project to civilize the Amazon, as observed by Elizabeth Agassiz in *Viagem ao Brasil*: 1865-1866.

História, Ciências, Saúde — Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 11-32, Jan.-Apr. 2005.

The article analyzes the image of the Amazonian woman as represented by Elizabeth Agassiz in Viagem ao Brasil: 1865-1866, published in Europe in 1867 and based on the diary of the Thayer scientific expedition, led by the naturalist Louis Agassiz. The study concentrates on records of their passage through the Amazon, as retold in chapters IV through XI. For the purpose of this analysis, a few basic points in the divergence between the chronicler's Western logic and the local population's lifestyle have been chosen, as evidenced in the text: the clash with Agassiz's viewpoints on feminine autonomy, aesthetics, temporalities, and, lastly, the Westerners' determinist conceptions regarding the negativity of miscegenation and regarding the Amazonian reality, based on polygenism of creationist inspiration. The article also discusses the era's perspectives regarding the role of the Amazon within the project of the Brazilian nation.

KEYWORDS: women, Amazon, travelers, social thought.

O século XIX foi um tempo de definitiva afirmação da civilização ocidental. As transformações relacionadas ao modo de vida do homem e da mulher moderna impuseram novos processos mentais e sociais nas cidades, intensificando o ritmo das informações e sensações. Assiste-se à instituição de uma indústria cultural no bojo da disputa entre cultura erudita e cultura popular de mercado (Ortiz, 1991) para a qual colaboram a expansão das tipografias e a comercialização de livros em larga escala, estimuladas principalmente pelas inovações tecnológicas que proporcionaram maior rentabilidade e velocidade na impressão; com isso amplia-se o número de leitores e abre-se espaço para a popularização do hábito da leitura.

A valorização da leitura entre camadas populares impulsionou a literatura de ficção do gênero aventura, que sem dúvida influenciou os novos hábitos e aspirações do homem moderno, para os quais muito contribuíram as edições dos diários de expedicionários ou relatos dos que se aventuravam pela América, África ou Ásia. Quem não tinha meios para realizar grandes viagens podia fazê-las através das páginas dos livros.

A segunda revolução industrial, especialmente o processo de vinculação definitiva entre ciência e técnica, provoca o refinamento das teorias científicas e a profissionalização do fazer científico, que deixa de ser uma atividade diletante para tornar-se definitivamente uma prática passível de sanções mediante critérios estabelecidos no seio das instituições e comunidades de pesquisa. A partir dessas bases, um outro movimento se estabelece: o das viagens científicas. O enaltecimento da razão e dos princípios de liberdade lançava as bases do cosmopolitismo, um dos principais motores para impulsionar a 'cultura de viagem'.

Colônias e ex-colônias ganham um papel especial neste despontar do culto à ciência, transformadas em verdadeiros pontos de peregrinação de cientistas expedicionários que buscavam verificar a validade das teorias de estudiosos como Darwin e Spencer em lugares marcados pelo 'signo' da natureza, onde a civilização não havia se desenvolvido ao gosto do Ocidente e onde seria possível visualizar aspectos 'originais' da formação das espécies animais, da geologia, da botânica e das 'raças' humanas. O Novo Mundo, e dentro dele a Amazônia, é o extremo paradoxo da civilização urbano-industrial e, portanto, local privilegiado para uma segunda época de descobertas.

A competição entre as nações européias pela posse de territórios conseguiu durante algum tempo driblar, ou pelo menos minimizar, por razões principalmente de ordem econômica, as visitas de interesse científico. Segundo Quintaneiro (1995), durante o século XVII a metrópole portuguesa mantém a maior parte do espaço colonial vedada ao trânsito de pessoas livres que não fossem de origem portuguesa. As razões para essa política estão localizadas na disputa

entre as nações européias por territórios coloniais, como deixa clara a insistência da Holanda e da França em estabelecer núcleos coloniais no Brasil durante os séculos XVI e XVII. Com a Amazônia não foi diferente; dado o risco constante de tomada de territórios portugueses pela Espanha, a metrópole provia suas fronteiras ao norte com uma rede de fortificações, além de ter mantido controle direto sobre a região até mesmo depois da vinda da família real para o Brasil (Fortes, 2000).

Ainda durante a primeira Revolução Industrial, a necessidade de expansão dos mercados consumidores coloca novamente as colônias na mira das potências emergentes da Europa. A este fato soma-se a decadência da estrutura colonial dos países ibéricos, cuja economia de cunho colonialista não preparara as nações para as transformações do capitalismo que se consolidava. Outros fatos também colaboraram posteriormente para a paulatina abertura das terras brasileiras à visitação estrangeira: a independência do Brasil de Portugal (1822), o casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, o que possibilitou a vinda de vários cientistas europeus, e, mais tarde, no reinado de D. Pedro II (1840-1889), a abertura dos portos à navegação internacional, em 1866. Deste modo, durante o final do século XVIII e durante todo o século XIX, as terras brasileiras serão alvo de viajantes vindos de vários países da Europa e da América do Norte.

A profissionalização da ciência faz parte do mesmo processo que consolida o empirismo como critério de legitimação do relato científico, desestimulando cada vez mais os textos escritos com base no depoimento de terceiros, comuns no século XVI, por exemplo. A crença na existência de uma verdade alcançável pelos sentidos humanos passa a ser um critério para a autenticidade das afirmações. Por outro lado, as inovações tecnológicas na área dos transportes e das comunicações criavam um ambiente propício às viagens de longa distância. A invenção do navio a vapor possibilitou a travessia de longos trajetos em menos tempo, especialmente em lugares como a Amazônia, onde o rio se constitui como a principal via de acesso.

A controvérsia científica que deu origem à expedição

A expedição Thayer, que percorreu grande extensão do território brasileiro entre 1865 e 1866, indo do Rio de Janeiro ao Amazonas, foi uma das típicas aventuras científicas do século XIX. Chefiada por Louis Agassiz, célebre naturalista suíço que trabalhara com Spix anteriormente,¹ levou uma equipe de 12 pessoas – além de Agassiz e sua mulher, Elizabeth – composta de geólogos, desenhista, ornitólogo, taxidermista e um grupo de assistentes que durante um ano dividiram-se em vários grupos a fim de dar conta da maior

¹ Na comitiva de D. Leopoldina, em 1817, por ocasião de sua chegada ao Brasil, vieram entre outros o zoólogo Johann Baptist von Spix e o médico e botânico bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius, que juntos percorreram o Brasil durante três anos coletando espécimes de plantas e animais. (Carvalho, 2003). Louis Agassiz, ainda jovem, ficara com a incumbência de tratar do inventário da coleção de peixes trazidas pelos naturalistas em suas andanças pelo Brasil, após a morte do último; desta experiência veio o desejo de conhecer o Brasil, concretizado graças ao apoio financeiro do milionário de Boston Nataniel Thayer, que batizou a expedição (Agassiz e Agassiz, 1976).

² Agassiz fundara em Boston o Museu de Zoologia Comparada em 1859. A fim de angariar recursos para a construção do museu, Agassiz afastou-se da vida acadêmica durante a década de 1850, em função de atividades ligadas à necessidade de obter fundos. Sua fama de naturalista, entretanto, o mantinha como referência no meio científico, a ponto de Charles Darwin enviar-lhe um exemplar de *A origem das espécies* em 1859, como forma de pedir a aprovação do eminente cientista. Este afastamento, contudo, custou caro a Agassiz. Longe das transformações que o pensamento científico gerara no início da segunda metade do século XIX, Agassiz recusava-se a compreender as evidências nas teorias de Darwin, tomando a tarefa de desacreditá-las como uma cruzada pessoal. Sua viagem ao Brasil é um último e grandioso esforço para provar suas teorias de base criacionista e contestar definitivamente o evolucionismo.

³ Em 27 de dezembro de 1831 Darwin, então com 22 anos, partiu numa viagem de navio como naturalista. A viagem durou cinco anos e suas observações sobre as mudanças que as espécies animais e vegetais apresentavam à medida que se modificava o ambiente, criteriosamente anotadas num diário, deram origem às duas teses que, mais tarde, embasaram *A origem das espécies*.

extensão possível de áreas percorridas. Durante a expedição, outras pessoas juntaram-se ao grupo, como o major da Guarda Nacional João da Silva Coutinho, cuja veia naturalista chamou a atenção do próprio Agassiz, valendo-lhe grandes elogios por parte deste.

A justificativa da viagem, para a qual o apoio do Imperador D. Pedro II foi pacientemente costurado por amigos e aliados do estudioso e por ele mesmo pelo menos três anos antes, era principalmente a oportunidade de reunião de uma vasta coleção de espécimes naturais da flora e fauna brasileira, além da observação da geologia do território. As razões reais que moviam Louis Agassiz, entretanto, eram outras. Oponente tenaz das teorias de Darwin, cujas idéias sobre evolução das espécies atacava durante suas aulas em Cambridge,² o objetivo da viagem de Louis Agassiz ao Brasil não era outro senão provar que Darwin estava errado, utilizando argumentos pautados no mesmo tipo de observação que este utilizara anteriormente após sua viagem no Beagle.³

O evolucionismo defendido por Darwin propõe que as transformações da Terra e dos seres vivos estão relacionadas a uma dinâmica da própria natureza, regidas pela seleção natural, na qual a sobrevivência é garantida aos indivíduos mais aptos ao meio e às transformações nele ocorridas. Darwin entendia o significado de sua tese e a controvérsia que geraria por mexer de forma tão profunda com os paradigmas científicos, até então regidos por fortes traços na teologia, tanto que guardou sua obra – *A origem das espécies* – durante vinte anos antes de levá-la ao conhecimento público.

Dada a grande controvérsia gerada pelos criacionistas, que viam no evolucionismo um ataque frontal à concepção de um Deus como mentor da natureza e do homem como centro da criação, o evolucionismo foi alçado, principalmente por seus opositores, de teoria científica a alicerce de um sistema filosófico de interpretação do mundo e da história. Ao afirmar que a natureza resultava de uma série de transformações aleatórias e que o homem é apenas mais uma das muitas espécies que surgiram e ainda vão surgir na face da Terra, Darwin lança as bases para novas formas de conceber a condição humana no mundo, que passava pela forma de ver o papel do homem em todos os campos da vida biológica, social e política.

Agassiz e Darwin representavam os dois campos opostos da maior controvérsia científica do século XIX: as explicações sobre a origem das espécies, para a qual havia dois grandes grupos de pensamento: os catastrofistas e os evolucionistas. Agassiz, pertencente ao primeiro grupo, era influenciado pela teologia natural e pelo idealismo. A história natural era, segundo esta concepção, um reflexo da vontade do Criador, para o qual tudo fluía segundo um plano atemporal e infinito. Para Agassiz,

cada ser vivo era uma criação única e, portanto, cada catástrofe ocorrida na história da terra – os dilúvios, ou as geleiras da época pleistocena, por exemplo – destruiu toda a vida, não deixando elos que ligassem aquelas formas de vida com as posteriores (Freitas, 2001, p. 38).

As formas de vida surgiriam na Terra depois de cada catástrofe; estas seriam meros instrumentos divinos, responsáveis pelo surgimento de novas espécies, totalmente independentes das anteriormente existentes. Esta concepção de história natural excluía qualquer possibilidade de continuidade e, portanto, de uma 'ciclicidade linear' convergente para um sentido efetivo de transformação, dando à natureza uma imagem de estabilidade e imutabilidade que se refletia inevitavelmente na concepção filosófica da história.

Para provar que Darwin estava errado, Agassiz agarrava-se à esperança de comprovar a presença de *drift* nas camadas geológicas encontradas em certos territórios brasileiros. *Drift* é como são chamadas as camadas presentes em uma região que não apresentam relação com a rocha do terreno. A inexistência de relação entre a superfície de *drift* e a formação mineral local significaria que o material da superfície não havia sido formado pela decomposição dos terrenos onde ele se encontrava. A explicação para isso era de que o material havia sido transportado de outros terrenos através de uma grande ocorrência natural: o deslocamento de grandes massas de gelo, no período pleistoceno. Este deslocamento, segundo a teoria, é facilmente visível através das ranhuras e marcas deixadas nas encostas dos vales provocadas pelo movimento do gelo. Esta era, em resumo, a base da hipótese levantada por Agassiz alguns anos antes para a formação dos Alpes Suíços, e que havia lhe fornecido reconhecimento como naturalista. Agassiz ambicionava comprovar o mesmo fenômeno no Brasil.

A repercussão da ação das geleiras na formação da vida na Terra também se fazia presente na formação das raças humanas. Enquanto Darwin via no fenômeno da glaciação mais uma prova da evolução das espécies a partir de sua adaptação às radicais transformações ocorridas no ambiente, Agassiz via o mesmo como mais uma forma de comprovar que as catástrofes naturais eram responsáveis pela geração de novas espécies isoladas e sem ligação com outras.

Logo no início da viagem, ainda no Rio de Janeiro, onde a equipe permaneceu durante três meses, Agassiz convenceu-se da existência do fenômeno no Brasil observando acidentes naturais no relevo da cidade, embora hoje se saiba que o que Agassiz interpretou como *drift* eram camadas de solo laterítico, abundantes no Brasil (id. *ibid.*).

Uma mulher cronista

O registro durante a expedição Thayer era tão importante quanto a observação da natureza e dos tipos humanos brasileiros. Dentre os vários documentos produzidos pelos expedicionários durante a viagem e depois dela, dentre os quais destaca-se ‘Geologia e geografia física do Brasil’, de Charles Hartt, um marco para os estudos de geologia, além de inúmeros artigos publicados em revistas científicas da época, está *Viagem ao Brasil*, sem dúvida o mais popular de todos.

Viagem ao Brasil é, na verdade, o diário de campo de Elizabeth Agassiz, tendo Louis uma participação nitidamente menor nos escritos, grande parte através de observações sobre história natural – notadamente geologia – das áreas por onde a expedição passava, de cartas escritas durante a viagem para o imperador D. Pedro II e outros cientistas, transcritas por Elizabeth no corpo do texto, e de notas explicativas acrescentadas para a edição europeia, onde consta a identificação de Louis através de suas iniciais ‘L.A’. Quem diariamente acrescentava registros ao diário era mesmo Elizabeth, e isto sem dúvida é o que torna o documento um dos mais interessantes dentre vários outros relatos sobre a Amazônia. A sensibilidade de Elizabeth em relação aos hábitos e modos de pensar e viver dos grupos humanos, além de suas observações sobre a condição feminina, legou-nos um relato rico em referências à sociabilidade local, observada a crítica de fonte que deve levar em consideração o fundo determinista dos conteúdos dos escritos.

Interessante notar que nas citações e outras alusões feitas à *Viagem ao Brasil* em artigos e livros, a obra geralmente é atribuída à autoria exclusiva de Louis, mesmo quando a citação utilizada é claramente da pena de Elizabeth. Isso nos leva a refletir sobre o *status* da mulher como autora no cânone literário, um debate bem colocado por Duarte (1997), quando cita vários exemplos de escritoras cuja obra foi simplesmente incorporada à do cônjuge ou à de parentes. Reafirmando o caráter específico da autoria de Elizabeth, utilizarei suas citações observando o fato de que, ao comungar com as teorias e valores de seu marido como cientista, Elizabeth desenvolve um ponto de vista particular sobre a região, pelas experiências de contato diferenciadas que como mulher estabelece.

O caráter aparentemente inusitado do relato de uma mulher como cronista de viagem no século XIX não foi, contudo, exclusividade de *Viagem ao Brasil*. Entre os séculos XVIII e XIX, nos centros urbanos dos Estados Unidos e Europa, fruto de uma configuração histórica na qual a mulher havia conseguido alguma autonomia, aparecem vários relatos de viagem escritos por elas, como o de Flora Tristán, francesa que percorreu o Peru (1838); Maria Graham, sobre suas andanças no Chile e Brasil (1823); Lady Florence Dixie

(1878-1979), sobre a Patagônia, e Marion McMurrugh Murphy (1881), que viajou por toda a América do Sul, dentre muitas outras. O diário de viagem, com seu estilo informal e seu formato rememorativo, semelhante às cartas e diários — elementos literários familiares do universo feminino — foi adequado para que elas se apropriassem do estilo e se tornassem através dele reconhecidas (Buck, 1998).

Elizabeth Agassiz, ou simplesmente ‘Lizzie’, era, neste sentido, uma mulher de sua época. Americana de Boston, nascida em 1822, não frequentou escola formal, mas teve uma educação doméstica esmerada, como era comum entre as classes abastadas. Em abril de 1850 casou-se com o naturalista suíço Louis Agassiz, tornando-se parte ativa da vida profissional do marido; Elizabeth ajudava na organização das expedições e na edição de grande parte do material publicado por este, além de desenvolver atividades ligadas especialmente ao campo pioneiro da educação feminina.

Além da expedição Trayer, participou com o marido da expedição Hassler (1871-1872) ao estreito de Magelan, e antes das viagens fundou a *School Agassiz for Girls*, em Boston, como o próprio nome diz, uma escola para moças, que funcionou de 1856 a 1865. Sua bibliografia, somando-se *Viagem ao Brasil*, inclui uma biografia de seu marido, publicada depois da morte deste, em 1885, sob o título de *Agassiz, his life and correspondence*, e *Seaside studies in natural history*, publicada em 1865 com seu enteado, Alexander Agassiz (*Encyclopædia Britannica*, 1999). A biografia de Elizabeth inclui ainda sua participação como primeira presidente do *Radcliff College*, fundado em 1894 como instituição anexa à Universidade de Harvard e destinado à formação de mulheres, tendo Elizabeth como presidente até 1899.

O estilo de escrita de Elizabeth guarda um agradável senso de simplicidade, o que torna a leitura mais acessível que os tratados escritos tradicionalmente pelos naturalistas. Fica evidente ao leitor da obra que o material mais fecundo sobre os aspectos sociais, especialmente sobre a mulher, encontra-se registrado no trecho sobre a Amazônia. As observações a este respeito constituem-se em uma das poucas referências sobre a vida do elemento feminino nesta região, normalmente relegado a um segundo plano em outros relatos. Dada a importância destes registros, pretendo me deter aqui nos capítulos IV ao XI de *Viagem ao Brasil*, trecho no qual está documentada a passagem da expedição Thayer pelas províncias do Pará e Amazonas.

Uma Amazônia a ser desvendada

O alvorecer do século XIX encontra uma Amazônia um tanto diferente daquela pintada pelos primeiros expedicionários dos séculos XVI e XVII. Enquanto construção do Ocidente, a Amazônia tradicionalmente teve sua imagem associada a exotismo e exuberância; três séculos de colonização, entretanto, se não haviam sido suficientes para sua desmistificação, foram o bastante para que novos processos se desenvolvessem sobre o que restava do modo de viver de seus habitantes originais. No século XIX, várias das populações amazônicas já haviam sido destruídas social e fisicamente, e as que resistiram encontraram estratégias de convivência com o elemento 'branco', formando uma sociedade marcada pela diversidade de culturas e de cores. A importância dos relatos de viagem para a Amazônia encontra-se principalmente na visibilidade que estes darão à região dentro e fora do Brasil e na contribuição para a reflexão sobre seu papel na nação que se formava.

A região ainda não despontara com o *boom* da borracha⁴ e não sofrera o surto urbanístico desencadeado pelas reformas urbanas a partir de 1880. Elizabeth, em 1865, narra sua impressão da pequena vila de Manaus como um "amontoado de casas, das quais metade parece prestes a cair em ruínas" (Agassiz e Agassiz, 2000, p. 194). O isolamento regional tornava o norte brasileiro um território à parte, com características próprias e excluído das mobilizações políticas da capital do império, o Rio de Janeiro.

Lizzie passa a maior parte de seu tempo entre as outras mulheres das vilas e cidades por onde passa a expedição, o que lhe dá um ponto de vista privilegiado. São suas as descrições sobre o cotidiano feminino e sobre a viva impressão que a natureza exuberante proporcionava aos sentidos, como neste trecho de pura poesia, onde Elizabeth, sintetizando o caráter de seus escritos, descreve seu encanto com o mundo novo que se descortinava a seus olhos; os olhos estrangeiros de quem vê o povo da Amazônia a partir do rio, de passagem, buscando apreender os sentidos da vida na floresta:

Ouvimos dizer muitas vezes que a viagem subindo o Amazonas é monótona; a mim, no entanto, parece delicioso marginalizar essas florestas, de aspecto tão novo para mim, olhar através de sua sombria profundidade, ou por uma clareira onde apenas se erguem aqui e ali algumas palmeiras ou, num relance, surpreender as gentes que vivem nessas povoações isoladas, constituídas por uma ou duas choças situadas nas margens (id. *ibid.*, p. 167).

O texto escrito ou o discurso transformado em texto é uma ferramenta poderosa de transmissão de valores e formação de opinião, à medida que se torna a intermediária entre duas realidades: o texto busca transportar o leitor a uma realidade diferente da sua;

⁴ No final do século XIX um produto deu ao Brasil a supremacia no mercado mundial, juntamente com o café: a borracha. No Norte do País, a extração do látex das seringueiras da Floresta Amazônica atraiu dezenas de milhares de migrantes e o interesse de grandes companhias extrativistas, em especial europeias e norte-americanas. A economia cresceu rapidamente até o final do século e Manaus, capital do estado do Amazonas, bem como Belém, no Pará, ganharam ares europeus, expressos na reforma urbana empreendida nas duas cidades. Nas primeiras décadas do século XX, com a concorrência da borracha asiática, a borracha amazônica perdeu mercado e a economia regional entrou em rápido declínio, voltando a recuperar-se apenas em meados do século XX, durante a Segunda Guerra, sem, contudo, conseguir consolidar-se da mesma forma.

ocorre uma inversão da relação sujeito-objeto – o ‘civilizado’ re-pensa sua identidade a partir do outro, questionando os fundamentos sociais das instituições que descreve, remonta as suas próprias, reafirmando suas crenças e valores. É o que Paul Ricoeur (1977) chama de “compreender-se diante da obra”. Esta compreensão a distância pressupõe um processo complexo de apropriação do texto à realidade do leitor e, principalmente, de compreensão e interpretação.

O processo interativo de proposição do mundo através do texto é o que proponho como base para análise dos escritos de Elizabeth Agassiz sobre a Amazônia: a apropriação das imagens das mulheres locais – índias e mestiças, habitantes de um mundo diferente e desconhecido – em constante contraste com sua própria condição de mulher e ‘civilizada’, um encontro que transcende a esfera individual e que porta uma gama de significados que transitam entre as polaridades presentes nos discursos científicos do século XIX – os campos simbólicos da racionalidade e do atavismo, da natureza e da cultura, da modernidade e da tradição.

Mulheres da Amazônia: a condição feminina, autonomia, moralidade e civilização

A expedição Thayer chega no Amazonas no dia 5 de setembro de 1865, após passar pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e por todo o Nordeste brasileiro e no Pará em 11 de agosto de 1866.

Por onde passa a expedição, Elizabeth percebe o elemento feminino tomando a frente na direção das famílias e empreendimentos locais. A ausência dos homens em função da Guerra do Paraguai (1864-1870) obrigara as mulheres a ocupar posições de comando tradicionalmente próprias aos homens, como a administração dos negócios e das fazendas; de fato, as mulheres amazônicas reconhecidamente gozavam de uma liberdade impensada para as de outras regiões do país, fato já comprovado em trabalhos como o de Costa (2000).

Em uma época em que o controle dos corpos e da intimidade era regra, na Amazônia as índias e mestiças aparecem no relato dos Agassiz como portadoras de um grau diferenciado de autonomia, trabalhando na roça sozinhas durante o dia, deslocando-se de canoa pelos igarapés, movimentando-se e trabalhando sem a supervisão dos homens.

Obviamente, esta situação não conflui para a institucionalização de um sentido de equanimidade entre os sexos. A mulher, como se pode perceber durante vários trechos do relato, ainda é o elemento submisso da sociedade amazônica, embora esta submissão possua nuances diferenciadas. A autonomia torna-se mais visível na atenuação de restrições sociais relativas ao comportamento sexual,

como no caso das mães solteiras, por exemplo. Enquanto nas cidades ter um filho sem pai poderia representar um escândalo capaz de comprometer a reputação de uma família inteira, entre as índias é com assombro que a cronista constata o que julga como ausência do conhecimento “das leis mais elementares da moral” (Agassiz e Agassiz, 2000, p. 258), enfatizando ser esta postura uma característica das mestiças: “é comum nas mulheres índias de sangue mestiço falarem a cada instante de seus filhos sem pai” (id. *ibid.*, p. 135). Elizabeth escandaliza-se com a naturalidade com que as mulheres lidam com suas crias ‘filhas da fortuna’.

O sentido ocidental de moral que baliza as observações da dama bostoniana em vários trechos de seu relato é apresentado como condição *sine qua non* para o êxito do projeto civilizatório nos trópicos. No relato do dia 21 de outubro, Elizabeth aponta dois aspectos da região à guisa de carências que devem, em sua opinião, ser remediadas no Alto Amazonas: a necessidade de uma população mais numerosa e a necessidade de uma “mais alta moralidade por parte dos brancos” (id. *ibid.*, p. 237).

Juntamente com a crítica moral, percebe-se uma grande antipatia pelo modelo de colonização levado a termo por Portugal e, por conseguinte, dos países ibéricos de um modo geral. No relato de Elizabeth e Louis, os portugueses aparecem como grandes empecilhos ao desenvolvimento regional, imagens de uma política anacrônica que deveria desaparecer para dar lugar a uma civilização real que poderia ter sido, na opinião de ambos, levada a cabo por uma colonização anglo-saxônica capaz de conduzir os índios a estágios mais avançados de civilidade e extirpar a chaga de escravidão, outro obstáculo para a constituição de uma nação moderna. Ao comentar a escravização de índios, que ocorria livremente apesar de proibida no Amazonas desde 1830, Louis atribui à licenciocidade dos funcionários em se misturar com os índios sua incapacidade para lidar com a situação:

Uma classe mais moralizada de emigrantes [*sic*] tornaria impossível esse tráfico. Os americanos e os ingleses poderão ser bastante sórdidos em suas transações com os naturais do país; o tráfico das ‘peles-azuis’ não lhes deixou certamente as mãos limpas, mas não se queriam degradar ao nível dos índios como o fazem os portugueses; não se abaixariam ao adotar-lhes os costumes (id. *ibid.*, p. 239).

Mais adiante, na visita a Maués, no Amazonas, Elizabeth afirma que esta seria uma localidade de futuro, dado o “elevado nível moral de sua população” (id. *ibid.*, p. 295). Uma das coisas que mais chama a atenção de Elizabeth durante seu encontro com os índios mundurucus, é o fato de estes encontrarem-se “decentemente vestidos” (id. *ibid.*, p. 298).

Atributos caros à sociedade dita civilizada da época, símbolos como a vestimenta e instituições, como o casamento para gerar filhos legítimos, parecem não encontrar entre as populações amazônicas da época grande relevância. A indignação da cronista com o que julga ausência de moral, contudo, demonstra que o projeto colonial não lograra grande êxito no sentido de padronizar comportamentos individuais na Amazônia.

Por outro lado, Elizabeth mostra-se verdadeiramente impressionada com a independência das mulheres no cotidiano. No Solimões, Elizabeth admira-se da força e vigor de D. Maria, sua anfitriã em casa do major Estolano, que ajudava os homens a abrir caminho através mata fechada com um facão. As explicações deterministas não conseguem dar conta do que vê:

Nesta terra tão quente, seria de supor que as mulheres fossem indolentes e moles, e assim o é nas cidades onde têm hábitos de lânguida indolência desconhecidos das mulheres de nossos países; no Alto Amazonas, porém, as que são criadas fora das cidades e vilarejos, no meio dos índios, são às vezes muito enérgicas; metem mãos ao remo e à rede tão valentemente como o próprio homem (id. *ibid.*, p. 228).

Enquanto o padrão de beleza da mulher residia no tributo da delicadeza e da fragilidade, o encontro com mulheres autônomas surpreende Elizabeth. Sua única alternativa é despir a mulher forte que encontra de sua feminilidade. Ao comparar a mulher forte ao homem, Elizabeth busca uma solução interpretativa para descrever o que encontra.

Os contrastes na estética dos corpos femininos

As expectativas de Elizabeth em relação aos índios são sempre as mais pessimistas sob o ponto de vista de nossa lógica moderna ‘politicamente correta’. As representações sobre a estética dos corpos são outro ponto de atrito entre as concepções ocidentais de belo e a realidade dos corpos na região.

Mesmo quando se mostra surpresa pela beleza das indígenas de Tefé, no Amazonas, Elizabeth relata na mesma oportunidade a recorrência de doenças às quais os índios estariam predispostos, especialmente nos olhos e na pele. Apesar da perspicácia, Elizabeth não imagina que a condição precária de saúde dos indivíduos indígenas podia dever-se à situação de contato, e chega a dizer que “estes estão mais sujeitos às doenças do país que os estrangeiros” (id. *ibid.*, p. 222), deixando clara a interpretação do indígena como uma raça frágil.

Para Elizabeth, a beleza definitivamente não era um atributo das mulheres índias. Quando encontrou uma mundurucu em

Maués, que considerou extremamente bonita, enfatizando os adjetivos que a aproximavam do padrão europeu como ‘mobilidade fisionômica’ e ‘traços de uma amável suavidade’, logo justificou o fato nas palavras de um dos companheiros de expedição, o brasileiro major Coutinho, profundo conhecedor dos hábitos regionais, que revelou a existência de leis severas de casamento entre os mundurucus proibindo expressamente a endogamia nos grupos, o que leva Elizabeth a uma afirmação, ironicamente, nos moldes evolucionistas: “A sua beleza física que, conforme dizem, é notável, resulta provavelmente deste fato; estão ao abrigo de uma grande causa de degeneração” (id. *ibid.*, p. 307-8).

Esta explicação está claramente relacionada ao entendimento sobre o papel da moral no desenvolvimento da civilização, pois pressupõe o incesto como prática comum às populações locais, enquanto que populações que se afastassem desse modelo através da instituição exogâmica — que presumidamente conduziria a uma ética moral reguladora das relações sexuais — obteriam tipos humanos melhorados. O tabu do incesto é respaldado pelo texto bíblico, e sua relação com a moral está sustentada pelo pensamento vitoriano, que associa moral com prosperidade.

Estas observações encerravam ainda uma concepção de beleza feminina que vinha de encontro aos padrões vitorianos, onde o físico saudável em uma mulher era visto como ‘plebeu’ (Quintaneiro, 1995), e a feminilidade estava na aparência frágil e no aspecto débil, bem de acordo com os martírios físicos aos quais as mulheres estavam submetidas para manter a ‘cintura de vespa’ através do uso contumaz de apertadíssimos espartilhos e do hábito de evitar o sol, a fim de manter a tez alva como a de uma boneca de porcelana.

O cabelo de Alexandrina, a mestiça que servira de criada à expedição, deve ter causado forte impressão em todo o grupo de naturalistas, pois Elizabeth esmera-se em descrevê-lo minuciosamente e até a convence a se deixar retratar, apesar da relutância da ‘modelo’. O cabelo seria a prova cabal da miscigenação, e é digno de detalhadas notas: “Seus cabelos perderam as ondulações finas e cerradas próprias dos negros, adquiriu mesmo alguma coisa da longura e do aspecto de uma cabeleira de índia, mas lhe ficou, apesar de tudo, uma espécie de elasticidade metálica” (id. *ibid.*, p. 237).

Apesar das observações depreciativas em relação aos mestiços, quando Elizabeth se vale do expediente da comparação da população amazônica com os negros dos Estados Unidos, é sempre para menosprezar estes últimos. Gaba o asseio corporal dos índios com frequência (id. *ibid.*, p. 255), em contraste com os negros do Oeste e Sudeste dos Estados Unidos, a quem duramente critica em várias alusões ao longo do relato. O mesmo desconforto demonstra em relação às indígenas quando critica o hábito do fumo entre as

mulheres, ao qual alude várias vezes. Referindo-se a Esperança, uma índia que lhe abrigava no Pará, ela é categórica:

Quando, acabado o trabalho, ela veste por cima de sua saia escura uma camisa branca uma tanto folgada, deixando aparecer seus ombros morenos e enfia nos seus cabelos de azeviche uma rosa ou um galho de jasmim, o aspecto de toda a sua pessoa não deixa de ter sua sedução. Deve-se convir, porém, que o cachimbo, que ela tem o hábito de fumar à noite, prejudica um pouco o efeito geral (id. *ibid.*, p. 186).

Relações de gênero e trabalho: temporalidade capitalista versus ‘tempo de espera’

A concepção de temporalidade é constantemente ponto de choque entre a lógica capitalista de Elizabeth e a realidade com a qual se depara na Amazônia. A dificuldade dela em entender a aparente ‘negligência’ por parte do elemento regional, a lentidão na execução de tarefas e a ausência da vontade de acumular manifesta-se em alguns trechos do diário quando descreve, por exemplo, o carregamento de lenha para o navio a vapor feito por indígenas: “essa operação se executa com tanta lentidão que um norte-americano, habituado em seu país com os processos expedidos, não acredita no que vê” (id. *ibid.*, p. 201).

Aqui se pode ver claramente a oposição de duas formas de temporalidade: o ‘tempo de espera’ do elemento regional (Costa, 2000) imbuído de um modo diferenciado de conceber o tempo, cuja principal característica é a natureza cíclica — o que liga os fatos aos fenômenos naturais, despindo-os de limitação e delimitação — em oposição à forma de temporalidade linear, típica da ocidentalidade moderna, desenhada dentro da idéia de progresso e passível de demarcação através das datas e planejamento racional. O tempo cíclico dos índios é diferenciado porque não tem fim; é o tempo que nunca passa, porque está sempre se repetindo, em uma dinâmica desconhecida para a ‘civilização’.

Tal infinitude natural reflete-se nos hábitos e no ritmo de vida das populações locais, e é constante ponto de críticas dos viajantes que passaram pela Amazônia. Com Elizabeth não foi diferente.

Outra fonte de comentários críticos é o que Elizabeth entendia como uma irregularidade das atividades e o desapego ao dinheiro:

E os hábitos dos índios são tão pouco regulares, eles ligam tão pouca importância ao dinheiro, tendo meios para viver quase sem fazer nada, que quando se consegue contratar um deles é mais do que provável que se suma no dia seguinte. Um homem dessa raça é muito mais sensível ao bom trato, à oferta dum bom

copo de caxaça [sic], que ao ordenado que se lhe ofereça e que não tem valor algum a seus olhos (Agassiz e Agassiz, 2000, p. 221).

Em outro trecho, Elizabeth critica o que, no seu entender, seria um comodismo por parte dos índios na execução de suas atividades diárias, fazendo “só o necessário para viver por hoje” (id. *ibid.*, p. 229). Durante a viagem para Manaus, com o casal mundurucu, Elizabeth surpreende-se com o fato de a mulher tirar de sua bolsa uma costura para passar o tempo nestes termos: “são ocupações bem civilizadas para selvagens” (id. *ibid.*, p. 303). Já em outros trechos, esboçando contradição, parece haver uma certa admiração pelos hábitos minimalistas destes:

Muito cedo em atividade, já na pesca ou na caça muito antes do nascer do sol, o amazonense volta no meio-dia, deita-se em sua rede, fuma enquanto dura o calor, depois se levanta para cozinhar o peixe, e, a não ser que se sinta doente, não conhece apreensões nem necessidades (id. *ibid.*, p. 229).

Por outro lado, uma Elizabeth feminista critica a inatividade do homem em contraste com a vida atarefada que levam as mulheres. Em casa de Laudigari e Esperança, observando o comportamento do casal, mostra-se perplexa com a aparente falta de contribuição masculina em casa:

Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa, não carrega água, nem lenha, e não pega nem mesmo nas coisas mais pesadas. Ora, como a pesca só se dá em determinadas estações do ano, ele gasta a seu bel-prazer a maior parte do seu tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e aquelas que temos diante dos nossos olhos justificam perfeitamente essa boa opinião. Esperança está constantemente ocupada, quer com a casa, quer fora dela (id. *ibid.*, p. 186).

Ainda no Pará, Elizabeth observa um segundo casal local, Pedro Manuel e Miquelina, reforçando a mesma crítica aos homens feita anteriormente:

o marido é um tipo de folgazão de porte elegante, cuja ocupação principal é tomar atitudes pitorescas contemplando a sua mulher, aliás bem bonita, que vai e vem pela casa, muito atarefada em ralar a mandioca, espremer-lhe o suco, peneirá-la, sem abandonar, todavia, um instante sequer o filhinho, enganchado nos seus quadris; esta é a posição habitual de carregarem as índias os seus filhos (id. *ibid.*, p. 186).

Embora assombrada pela desigual divisão de tarefas domésticas entre os nativos da Amazônia, é fato que a mulher ocidental sofria

o jugo do pesado trabalho de casa sozinha também no Ocidente ‘civilizado’, fato que Elizabeth parece ignorar.

Raças e poligenia na explicação dos tipos e do feminino na Amazônia

O modelo poligenista — segundo o qual as raças seriam “fenômenos essenciais e ontológicos resultantes de centros de criação diversos” (Schwarcz, 2003) — pautado na teologia natural criacionista, da qual Louis Agassiz era um representante, foi uma das várias teorias surgidas na Europa e América do Norte para tentar explicar a diversidade das espécies.

A explicação poligenista, além da clara ruptura científicista com as explicações teológicas engendradas pela Igreja através da apologetica ao livro do Gênesis e sua explicação de uma origem única da humanidade, foi responsável, na Europa do século XIX, pela estigmatização ‘científica’ dos negros, considerados como raça distante da branca e, portanto, degradada, como bem atesta a exibição de uma africana hotentote em várias capitais da Europa entre 1815 e 1820, com suas formas voluptuosas devidas à hipertrofia das nádegas e coxas característica daquela população, o que, na opinião dos cientistas da época, evidenciaria o fato de que as características físicas externariam o temperamento sensual próprio dos negros (Gilman, 1985, p. 76-108).

As diferenças entre as raças não estariam circunscritas ao fenótipo; haveria características psíquicas próprias de cada tipo. Na classificação poligenista das raças, engendrada pelas observações de Elizabeth, as negras e índias pertenciam a extremos opostos da degenerescência: enquanto às negras caberia uma natureza hipersexuada, ligada a um primitivismo lascivo, às índias tocaria um caráter apático, indolente, cuja principal característica seria a ausência de expressão, estando seus sinais externados no tipo físico das mesmas: baixas, pequenas, pouco atraentes e com o temperamento marcado pela ausência de sentimentos.

Estas diferenças entre as raças índia e negra tornavam-se patentes nas comparações engendradas pela cronista que, embora admita a timidez das índias, não fala de decoro: seus comentários soam mais como uma crítica quanto à ausência de emoções expressas por parte das mulheres, embora guarde pesadas observações às negras ‘provocantes’ que encontrara no Rio de Janeiro, especialmente quando comparadas às atitudes das índias, como quando descreve as danças nos bailes dos quais os membros da expedição participaram no Pará e Amazonas:

Era de um caráter todo especial e tão lânguida que apenas merecia o nome de dança. O corpo não faz quase movimento algum,

os braços levantados e dobrados ficam duros e imóveis, os dedos estalam como castanholas acompanhando a música, e dir-se-iam estátuas deslizando de lugar em lugar mais do que dançadores. As mulheres é que produzem principalmente essa impressão, porque se movem menos ainda do que os homens (Agassiz e Agassiz, 2000, p.186).

Ou ainda:

Nunca vi a mulher, nesses divertimentos dos índios, demonstrar faceirice provocante; é o homem que solicita; ele se atira aos pés da dama sem lhe arrancar um gesto ou um sorriso; pára, finge que está pescando, e a sua pantomima indica que ele está pescando a moça na ponta do seu anzol; em seguida, gira em torno dela, fazendo estalar seus dedos como castanholas, e termina por agarrá-la pela cintura com os seus dois braços. Mas ela continua fria e como que indiferente (...) (id. *ibid.*, p. 254).

Mais adiante compara com o caráter das danças no Sudeste: “Que diferença da dança dos negros a que tantas vezes assistimos nos arredores do Rio! Nessas, é a dama que provoca o seu cavalheiro, e os seus gestos não guardam sempre uma modéstia perfeita” (id. *ibid.*, p. 254).

São abundantes nos relatos as observações sobre a mistura das raças encontradas durante o trajeto da expedição pelas províncias do Norte. A questão da miscigenação como alternativa para a ‘purificação’ da população brasileira dividiu opiniões no Brasil. A posição dos Agassiz, contudo, é bem clara: eles vêem a mistura como maléfica, uma vez que ela conseqüentemente diluiria os caracteres positivos de cada raça, dando origem a outras espécies estéreis e degeneradas: “É sempre a velha e triste história da opressão, que parece dever durar enquanto houver diferença de cor e resulta, fatalmente, na degradação das duas raças: duplicidade da parte do índio e licenciosidade da parte do branco” (id. *ibid.*, p. 223).

O paradigma poligenista, por sua vez, facultava um esforço de classificação das raças e de seus possíveis cruzamentos de normatização nos moldes de Lineu. Aparece desta forma um universo próprio de nomenclaturas cujo objetivo era dar conta dos fenômenos da miscigenação: ‘cafuzo’, ‘mameluco’, ‘mulato’ são as formas de hibridação das raças ‘puras’, elementos marcados pelos traços herdados das matrizes, caoticamente dispostos em uma nova configuração: cabelos lisos em peles de negros, traços de branco em indivíduos indígenas. A Amazônia, como grande ‘laboratório’ da natureza, proporcionaria para o imaginário científico uma oportunidade de observar os resultados destas ‘experiências’ e suas conseqüências no convívio social. No registro de 21 de agosto, em que narra a passagem pela Vila de Breves, no Pará, Elizabeth escreve:

A sua população, como a de todos os pequenos estabelecimentos do Amazonas inferior, é o produto da mistura das raças. Vêem-se aí os traços regulares e a pele clara do homem branco, a grosseira e lisa cabeleira preta do índio, ou então as formas metade de negro, metade de índio que apresentam os mestiços cujos cabelos não possuem mais ondulações finas. Ao lado dessas misturas, mostra-se o puro tipo índio: fronte baixa, face quadrangular, ombros rigidamente em ângulo reto e muito altos, sobretudo nas mulheres (id. *ibid.*, p. 166).

Sobre a mistura das raças, chama a atenção para o fato de que em seu entendimento, esta negligência histórica colabora para a própria degeneração da civilização nos trópicos, ou melhor, “na degradação das duas raças [a indígena e a branca]” (id. *ibid.*, p. 223). Esta idéia, de clara influência poligenista, adotava como base a crença de que somente poderia haver cruzamentos entre indivíduos de uma mesma raça.

O único trecho em que Elizabeth parece propensa a aceitar o cruzamento entre raças como podendo produzir algo positivo está em suas observações sobre a cafuza Alexandrina, recrutada como serviçal da expedição e que acabou se tornando assistente de pesquisa, surpreendendo o casal Agassiz com sua destreza e habilidade: “Ela promete muito e parece reunir a inteligência do índio à adaptabilidade maior do negro” (id. *ibid.*, p. 221).

Em uma de suas notas de rodapé, aparece uma descrição de Louis dos cruzamentos entre espécies. A concepção de ‘raça humana’ como tipos cristalizados, categorizados por fenótipos característicos, é afirmada através de uma comparação, exageradamente objetiva, entre as raças humanas e as raças caninas, em que a hibridação anularia as características das raças originais.

O encontro definitivo com a mulher amazônica

A presença de Elizabeth na expedição era motivo de grande atenção por parte das mulheres das comunidades visitadas. Uma mulher branca era um grande acontecimento nas vilas e fazendas da Amazônia, e a exploradora tornava-se constantemente alvo da curiosidade das índias, como relata o registro bem-humorado de 29 de agosto de 1865, na chegada à choça da Esperança, ainda na província do Pará.

Fizeram-nos afável e doce acolhida. As mulheres se agrupam em volta de mim e passam em revista as minhas vestimentas, porém sem grosseria nem rudeza. A rede que prende os meus cabelos muito lhes preocupa; depois pegam em meus anéis, meu correntão de relógio, e, evidentemente, discutem entre si a ‘branca’ (...).

Já era dia feito quando fui acordada pelas mulheres da casa, trazendo-me, com seus bons-dias, um apanhado encantador de rosas e jasmims colhidos nas proximidades. Depois de uma tão amável atenção, não lhes pude recusar o prazer de assistirem à minha toalete, e ainda menos deixar de consentir que abrissem a minha maleta e retirassem dela, um a um, todos os objetos (id. *ibid.*, p.184).

Entretanto, contrariando as impressões iniciais de Elizabeth, para quem as índias não demonstravam emoções, à medida que a presença dos estrangeiros tornava-se menos estranha, as mulheres vão dando vazão a sua curiosidade de saber mais sobre os forasteiros, e interpelam Elizabeth com muitas arguições: “encheram-me de perguntas sobre minha pátria, minha viagem (...)” (id. *ibid.*, p. 259).

O registro de 29 de outubro, que narra essa longa conversa, é sem dúvida um dos trechos mais interessantes do diário da expedição: a intimidade nascida durante o curto convívio entre Elizabeth e as mulheres índias no sítio onde pousava possibilitou entre as mesmas uma troca de informações que nos proporciona um dos quadros mais ricos sobre a mulher amazônica do século XIX. Na ocasião, onde parece haver uma cumplicidade até então não experimentada pela cronista, as mulheres contam seus dramas pessoais em decorrência da Guerra do Paraguai, que modificara radicalmente a estrutura social local, interrompendo as festas religiosas, palco por excelência das trocas sociais, e impondo o recrutamento compulsório de seus homens, muitos dos quais acabavam embrenhando-se no mato para fugir dos abusos dos recrutadores. O ritmo de vida das populações havia sido quebrado, a ausência dos homens impossibilitava o desenvolvimento de tarefas a eles atribuídos na divisão social do trabalho, como a preparação da roça, pesca e caça.

A proximidade proporcionada pela conversa faz com que Elizabeth aproprie-se de novos elementos para analisar as mulheres locais. Atenuando algumas pré-noções que até então marcavam seus comentários com notas extremamente moralistas, Elizabeth depara-se com uma mulher singular, com uma ‘vida invejável’; toma partido das mulheres, denuncia a situação calamitosa da província do Amazonas durante a guerra.

O encanto de Elizabeth pelas índias fica bem claro na descrição entusiasmada que faz da despedida da comitiva do presidente da província, quando as índias tomam os remos da embarcação onde estavam, no meio do rio, e se aproximam do barco da comitiva cantando; na mesma noite, quando as índias improvisam uma quadrilha na relva, Elizabeth atribui a vivacidade do modo como era executada a dança no local aos traços da cultura indígena, o

que na sua opinião fazia com que a mesma perdesse o ‘caráter artificial’ que a caracterizava nas grandes cidades. Outra flagrante contradição da cronista.

Considerações finais

As construções deterministas sobre os grupos humanos amazônicos permeiam a produção intelectual sobre a região durante todo o século XIX e XX. Louis Agassiz trabalhara com Martius na juventude e não se furtara da influência de suas idéias sobre a composição racial do Brasil. A tese de Martius, bem detalhada no ensaio “Como se deve escrever a história do Brasil”, apresentado em 1843 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enfatizava a importância de levar em conta as três raças – branca, negra e índia – na formação do povo brasileiro (Carvalho, 2003). Esta linha explicativa, de origem poligênica, está presente nos escritos de Elizabeth e nas notas de Louis no diário, bem como nos alertas sobre os problemas da miscigenação. Os relatos de cunho etnográfico, como o de Elizabeth Agassiz, constituíram-se nas principais fontes onde artistas, cientistas e escritores, preocupados com um conhecimento mais profundo do Brasil, buscaram inspiração durante o século XIX.

A obra de Agassiz nos dá conta de que nessas abordagens são as próprias noções ocidentais sobre civilização e identidade do civilizado que estão em causa. As matrizes estabelecidas historicamente no pensamento social como noções, valorações e postulados a esse respeito são constitutivos do pensamento ocidental (Pinto, 2000). A Amazônia, como espaço característico do imaginário do Novo Mundo, é tomada como uma das bases para reflexão do mundo moderno, através de questões-chave como o surgimento da sociedade e do estado, a origem das desigualdades sociais e biológicas entre os homens, a influência do ambiente sobre a cultura e a capacidade adaptativa humana. Os relatos dos viajantes acabam por colaborar para a construção de uma imagem profundamente negativa do elemento indígena, dos quais os escritos de Elizabeth Agassiz figuram sem dúvida entre os menos severos.

A imagem do índio corrompido pela civilização, afeito ao álcool e despido da ambição e senso prático, amálgama equivocado das duas raças – branca e vermelha –, choca-se claramente com o ufanismo presente na imagem construída em torno do ‘bom selvagem’ e do ‘tupi’ histórico (Monteiro, 1996, p. 16), aliado da civilização e ascendente honrado, cuja contribuição para a nação estava atestada nos mitos e narrativas heróicas de personagens como Iracema e Juca Pirama, transformados em romance por José de Alencar e em poema por Gonçalves Dias, respectivamente. A este tupi, habitante de um passado glorioso, contrapõe-se o ‘tapuia’ dos últimos terri-

tórios a serem desbravados, encarado como obstáculo ao progresso da nação, a própria síntese da mistura deturpada.

Os relatos de Elizabeth sobre a Amazônia dão conta de uma civilização instável, que tenta se desenvolver num ambiente inóspito, onde todas as circunstâncias apontavam para o fracasso: a ausência do Estado, exposta nas formas brutais de recrutamento dos homens para a guerra, que transformava o espírito de dever patriótico — alta aspiração dos homens civilizados de uma nação — num arremedo trágico de civismo. A Amazônia arcava com uma parte maior do que podia suportar no pesado encargo da Guerra do Paraguai, como bem afirma Elizabeth, na qual a nação, ausente, exigia o sacrifício de ‘filhos’ que não reconhecia.

Além da personificação precária do Estado, as explicações de Elizabeth Agassiz para o descompasso regional atribuíram à colonização ibérica os nexos da decadência das instituições, que sofriram uma inversão, pervertidas pelo elemento mestiço degenerado e assim acatadas pelo caráter frágil dos portugueses, corrompidos pelos povos a quem deveriam dominar. A civilização transparece no relato como um processo mal instaurado, inevitavelmente comprometido desde suas origens.

Extraordinária é a forma como a autora apresenta a redenção da região: quanto mais distantes dos centros urbanos, em meio a cenários idílicos da floresta tropical, mais bela torna-se a existência. A produção do espaço imaginário da Amazônia pelo Ocidente moderno nasce marcada por esta negação radical da urbanidade e de suas formas sociais, como se ao elemento humano só fosse possível a vida na selva se este fosse despido de sua característica principal: a vocação para a transformação da natureza.

É neste ambiente marcado pelo emblema da natureza e do exótico que Elizabeth retrata a mulher amazônica, na autonomia fluida proporcionada pela distância das grandes cidades e das convenções sociais que cerceavam seu espaço; o caráter “indisciplinado” dessa mulher pode ser sintetizado na figura da índia que recebe a expedição no sítio próximo à localidade de Januari, no Amazonas: “uma índia velha, cujas jóias de ouro, gola de renda e brincos de orelha não condizem com sua camisa de algodãozinho ordinário e saia de chita” (Agassiz e Agassiz, 2000, p. 251).

Em meio à grande contradição sociedade *versus* cultura instaurada na Amazônia, a mulher aparece transposta numa existência entre dois mundos, em busca da apropriação dos signos da civilização em meio à ausência das normas sociais. Raça e meio emergem como categorias fundamentais para entendimento do Brasil e bases para a formulação de um projeto nacional, e os escritos dos Agassiz contribuem para a formulação da tese da democracia racial brasileira em virtude das afirmações que negam as diferenças sociais engendradas pela cor da pele: “Não há por aqui, com efeito, o menor

preconceito de raça. Uma mulher preta, admitindo-se, ... que seja livre –, é tratada com a mesma consideração e respeito que teria se fosse branca” (id. *ibid.*, p. 270).

Nesta democracia, contudo, a presença do indígena é situada no limbo da nação, entre o imaginário romântico e a nulidade, lugar onde permanecerá durante muito tempo.

Agradecimentos a
Herbert Lopes pela
revisão ortográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agassiz, Elizabeth Cary e Agassiz, Louis
2000 *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial.
- Agassiz, Elizabeth Cary e Agassiz, Louis
1975 *Viagem ao Brasil 1865-1866*. (Tradução de João Etienne Filho). Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, Itatiaia.
- Buck, Daniel
jan-fev. 1998 Road writers: venturing to the far corners of South America, nineteenth-century women trekkers left their mark in lively, widely read travelogues. *Americas*, v. 50, n. 1, p. 23-26.
- Carvalho, José Murilo de
2003 Martius e nossa história. *Nossa História*, v. 1, n. 1, p. 96.
- Costa, Heloísa Lara Campos da
2000 *No limite do possível: as mulheres e o poder na Amazônia – 1840-1930*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/Unicamp, Campinas.
- Domingues, Heloísa Maria Bertol et al.
2003 Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In Domingues, Heloísa Maria Bertol et al. (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, p. 97-124.
- Duarte, Constância Lima
1997 O cânone literário e a autoria feminina. In Aguiar, Neuma (orgs.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Record, p. 85-94.
- Encyclopædia Britannica
1999 *Women in American history*. Agassiz, Elizabeth Cary. Disponível em: <http://search.eb.com/womenarticles/Agassiz_Elizabeth_Cabot_Cary.html>. Acesso em: 2 jan. 2004.
- Fortes, Mírcia Ribeiro
2000 A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização, séculos XVII e XVIII. *Somanlu*, v. 1, n. 1, p. 159-68.
- Freitas, Marcus Vinicius de
2001 *Hartt: expedições pelo Brasil Imperial (1865-1878)*. São Paulo, Metalivros.
- Gilman, Sander L.
1985 *Difference and pathology: stereotypes of sexuality, race and madness*. Londres, Cornell University Press.
- Monteiro, John Manuel
1996 As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In Maio, Marcos Chor et al. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB,
- Ortiz, Renato
1991 *Cultura e modernidade*. São Paulo, Brasiliense.
- Pinto, Renan Freitas
2000 A viagem das idéias: anotações sobre a formação do pensamento social na Amazônia. Universidade do Amazonas. *Folhas Soltas*, v. 5, n. 1, p. 27-34.

- Quintaneiro, Tania
1995 *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis, Vozes.
- Ricoeur, Paul
1977 *Interpretação e ideologias*.
Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Schwarcz, Lilia Moritz
2003 O espetáculo da miscigenação. In Domingues, Heloísa Maria Bertol et al. (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, p. 175-80.

Recebido para publicação em março de 2004.

Aprovado para publicação em agosto de 2004.